

“O Bloco assume as grandes tradições da luta popular no país e aprende com outras experiências e desafios; renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo. É daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança” *(Começar de Novo, Manifesto da fundação do BE)*

UM BLOCO PLURAL QUE CONTRIBUA PARA RESTABELEECER UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA E RECONSTRUIR A ESPERANÇA

Com iniciativa política e apoio a todas as lutas

O Bloco é o partido da luta toda e de todas as lutas, que “corre por fora” porque a política com P grande ambiciona mudar a natureza elitista do poder, e que “corre por dentro” porque quer estar à altura de construir propostas de esquerda, socialistas e ecológicas suscetíveis de conquistarem uma maioria social.

A Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa do Bloco (CCD) que vamos eleger, tem de ser capaz de afirmar um programa político integrado para este território, com as suas especificidades e uma perspetiva estratégica que potencie iniciativa política, tomadas de posição sobre os problemas da região, articulação com e entre os órgãos concelhios da área metropolitana e do restante distrito, envolvimento de autarcas e ativistas locais, grande valorização do trabalho de base absolutamente essencial para o enraizamento de que ainda se carece.

Nos tempos que se avizinham, o centro da luta não deixará de se encontrar nos combates contra o empobrecimento e a austeridade, a perda de rendimentos de trabalhadores/as e pensionistas e na exigência de medidas transversais a toda a sociedade face à emergência climática, ambos certamente prolongados. As lutas anti-imperialista e contra a guerra, antifascista, antirracista, pela igualdade de género, contra a violência doméstica, pelos direitos LGBTI, contra a extrema-direita, tal como as greves e as lutas de todas e todos os trabalhadores devem merecer a imediata posição, nomeadamente pública, da CCD e todo o seu apoio e solidariedade.

A exigência de um balanço para aprender e avançar

Nestes dois últimos anos tivemos eleições presidenciais, autárquicas e legislativas, fomos confrontados com a crise pandémica e agora com a crise inflacionista e a guerra na Europa. Foi um ciclo que trouxe enormes

dificuldades para o Bloco, que se traduziram em resultados eleitorais negativosⁱ e menor influência política e social, mas também para a maioria das pessoas, em termos da sobrevivência e dos recursos, sobretudo para as das classes sociais de menores rendimentos ou de rendimentos intermédios.

No que se refere ao ciclo de derrotas eleitorais, há quem tivesse afirmado que a culpa foi da bipolarização. Mas em que eleições não houve bipolarização entre PS/PSD? Houve situações de forte bipolarização em que o Bloco arrancou bons resultados e fez crescer a sua influência. Também no caso recente das eleições francesas, por exemplo, a «França Insubmissa» resistiu à bipolarização extrema e teve um resultado acima de 20%.

Foi argumentado, logo após as legislativas, que a nossa derrota se deveu ao que está a acontecer a todas as forças de esquerda, que estariam em queda em toda a Europa e que seria natural que por cá se passasse o mesmo. Se isto fosse verdade, se se tratasse de uma espécie de fado da esquerda, como explicar a votação de Mélenchon nas presidenciais, da «França Insubmissa» nas legislativas ou até, entre outras, da vitória do Sinn Fein na Irlanda?

Por último disseram que os revolucionários não mudam de política em função de resultados eleitorais. Se esses camaradas tivessem razão hoje não existiria Bloco de Esquerda pois os partidos que lhe deram origem não teriam alterado as suas políticas sectárias e de autossuficiência face aos desaires eleitorais da altura.

Não podemos fugir ao aprofundamento deste balanço. Parece ser consensual que o erro não foi termos participado na maioria parlamentar que impediu a continuação do governo da direita. Talvez o problema tenha estado em não nos termos demarcado em devida altura do PS, quando o minimalista acordo inicial estava em causa, apesar de algumas conquistas, o Governo ter iniciado ataques antidemocráticos a greves e termos submetido a nossa linha nos vários atos eleitorais à procura de novos acordos com o PS quando na realidade a “geringonça” já tinha sido inviabilizada. O resultado foi uma maioria absoluta do PS e um drástico recuo do Bloco. É preciso assumir responsabilidades para aprender com os erros, avançar com nova política e recuperar confiança popular.

Queremos paz e Putin fora da Ucrânia

Estivemos e estamos, sem hesitações, contra a bárbara invasão da Ucrânia pela Federação Russa. Devemos denunciar a guerra putinista e exigir que o governo português defenda na UE um caminho urgente de negociações para um cessar-fogo imediato. O martírio do povo ucraniano tem de ser evitado, os sacrifícios e as mortes provocadas em ambos os lados pela guerra não são admissíveis.

Não queremos a guerra e temos de preparar a paz. Portugal e a Europa não precisam da NATO para a paz, a NATO é que precisa da Europa para a guerra. É por isso que não nos podemos ficar pela ideia imprecisa e generalista “contra os imperialismos”. Assumimos no debate com a sociedade a palavra de ordem clara, demarcatória e polarizadora: “Putin fora da Ucrânia | NATO fora da Europa”.

Não nos dobramos perante a pressão da opinião dominante imposta pelas grandes centrais de comunicação, e não abandonamos a nossa matriz de combate lúcido que não olha os fenómenos pela superfície, mas vai à raiz dos acontecimentos. Não nos sujeitamos à política tradicional que gosta de poupar as pessoas aos

debates sobre escolhas difíceis. O papel da alternativa é confrontá-la. Porque mais tarde pode ser tarde demais.

A pobreza aumenta! O povo não aguenta!

A inflação não para de crescer. Em setembro já estava nos 9,3%, a mais elevada desde 1992. A resposta do Governo é cortar no salário real e nas reformas reais dando uma esmola aos trabalhadores e reformados, em vez de aumentar os salários e as pensões, controlar os preços dos produtos de primeira necessidade e taxar os lucros especulativos.

No início deste ano tínhamos passado de 2 milhões para 2,25 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza, isto ainda sem os efeitos desta inflação devoradora de salários e reformas. Em contrapartida, só no primeiro semestre deste ano, sete empresas (Galp, EDP, Continente, Pingo Doce, Millenium, BPI e Santander) tiveram 1.621.500.000 € de lucros!

O aumento de preços tem uma gigante componente de especulação dos grandes grupos económicos. O empobrecimento de trabalhadores e pensionistas que contrasta com os escandalosos lucros do capital exige uma resposta com luta ampla, ação unitária e de combate no espaço público. Hoje o centro da luta tem de ser nas ruas!

Exige-se de MUDAR DE RUMO, unindo todos os sectores sociais que sofrem com esta acumulação do capital financeiro, para acumular forças rumo a uma nova sociedade ecossocialista.

Devemos ter propostas concretas para todas as lutas e todas as reivindicações de todos os dias, mas, se não estiverem enquadradas nesta urgente mudança de rumo para uma sociedade ecossocialista, elas resumir-se-ão a muito *poucochinho*.

Um distrito em defesa do trabalho, em luta contra a fome.

- Aumentos reais dos salários fazendo frente à inflação; salário mínimo imediato de 800€; redução do horário de trabalho para as 35h sem perda de salário; luta pela revogação do pacote laboral da *troika*; direito a negociação e contratação coletiva pela revogação da caducidade das convenções; direito de laboralidade (contrato de trabalho) para os trabalhadores das plataformas digitais; fim da precariedade; proteção dos postos de trabalho e das produções locais; apoio à luta contra os despedimentos, exigindo a sua proibição; aumento do salário mínimo para 1000 € até 2025; aumento especial para as reformas abaixo do salário mínimo, diminuindo esse fosso, bem como de pensões de velhice e invalidez.

Defesa do ambiente

- Aumentar a reciclagem de RSU em 50% na AML, até ao fim da década; temos os aterros sanitários da AML em ponto de rutura, não há condições políticas nem ambientais para se construírem novos aterros nem para se construírem novas incineradoras; exigir aos municípios e juntas de freguesia a elaboração de cartografia, participada pelos cidadãos, dos elementos arbóreos a necessitar de tratamento fitossanitário; proibição das importações de lixo para aterros e de resíduos para queimar; Promover e apoiar a luta pela

qualidade da água do rio Tejo, proibição das podas selvagens (rolagem) nas árvores ornamentais urbanas; proibição de plantação de novas manchas de eucalipto e redução das existentes; os navios de cruzeiro, acostados no porto de Lisboa, terão de utilizar energia elétrica que a cidade fornecerá, e pagá-la, obrigando à paragem das máquinas e geradores poluentes dos navios; defesa do tratamento com dignidade dos animais controlando os canis municipais e reclamar junto do Governo o fim dos benefícios fiscais das touradas.

Um distrito onde o direito à habitação é garantido

- Importante redução do número de Alojamentos Locais nos núcleos urbanos do distrito com carências habitacionais; só a colocação de muitos milhares de **habitações públicas**, com rendas acessíveis, pode combater a especulação imobiliária; apoio e incentivo às cooperativas de habitação e de arrendamento; campanha de esclarecimento e luta pela municipalização dos solos, objetivo chave para o controle da especulação imobiliária; solução para todos os que perderam a sua habitação por causa da pandemia ou da gigantesca inflação; desenvolver políticas e propor medidas que privilegiem e potenciem a reabilitação urbana para a habitação; conter os perímetros urbanos, combater o despovoamento e a gentrificação dos centros urbanos existentes, pois só assim podemos desenvolver redes de transportes públicos eficientes; proibição dos despejos sem resposta alternativa do sistema em cumprimento da Lei de Bases da Habitação.

Transportes dignos, eficazes, não poluentes. Prioridade para o caminho de ferro. Extensão do Metro de superfície e elétricos rápidos

- Transportes públicos urbanos gratuitos em todo o distrito; prioridade aos elétricos e elétricos rápidos ou Metro de superfície; prolongamento do Metro de superfície, com urgência para a área ocidental de Lisboa e para os municípios circundantes de Lisboa; reabilitação e eletrificação da Linha do Oeste que irá aproximar os concelhos a Norte de Lisboa e permitir uma ligação mais rápida e ecológica; linha de caminho de ferro circular entre Lisboa e os concelhos da Margem Sul, associada à construção de uma nova ponte de travessia do Tejo na zona oriental exclusivamente ferroviária; parques de estacionamento dissuasores, seguros e gratuitos para quem tiver passe social, junto de todas as estações da CP da área metropolitana e nas entradas de Lisboa, apoio às comissões de utentes existentes;

- Criação de uma verdadeira autoridade metropolitana de transportes com poderes reais sobre todas as empresas de transportes; funcionamento 24h das linhas ferroviárias; criação de ciclovias de ligação dos concelhos limítrofes a Lisboa com respetivos parques para bicicletas;

- A solução aeroportuária tem de ter como objetivo a desativação gradual do Aeroporto Humberto Delgado, garantindo de imediato que não há partida/chegada de voos entre as 23 h e as 6 h da manhã; pelo fim progressivo dos voos com menos de 600 km tendo como alternativa a ferrovia de alta velocidade.

Apoio aos agricultores e à agricultura biológica no distrito

- Apoio à agricultura familiar e cooperativa que em grande parte assegura o abastecimento das cidades da região; programa articulado com a Juntas de Freguesia de criação de hortas urbanas biológicas; apoios à organização da produção e distribuição distrital; promover e desenvolver a realização de feiras, particularmente as tradicionais, para a venda direta dos produtos agrícolas sem passar pelos intermediários;



pugnar por uma muito maior informação aos agricultores, promovendo ações de informação e formação, apoiando o seu concurso aos apoios financeiros.

Defesa do Serviço Nacional de Saúde

- Luta pela rápida construção do novo hospital central do Parque da Belavista; combater o défice de profissionais nos centros de saúde, com a contratação de mais profissionais e de meios; melhoria das USF (Unidades de Saúde Familiar), nomeadamente criando novas USF para cada vez ficarem mais próximas dos cidadãos; alargamento do horário de funcionamento das USF até às 24h /7 dias por semana de modo a evitar que os utentes não urgentes tenham de recorrer ao hospital, apoio às comissões de utentes.

Importância do trabalho local e das autarquias e dos nossos autarcas

- Definir e lutar por agendas locais transformadoras; exigir a efetiva concretização da democracia participativa (CRP) nas autarquias, através da existência de condições concretas para a participação dos cidadãos e cidadãs na gestão dos assuntos públicos e nas instituições; promover ativamente o “Direito à Cidade”, favorecendo a ativação e a apropriação do espaço público pelos cidadãos; promover reuniões regulares dos autarcas do distrito; apoio jurídico aos eleitos autárquicos do Distrito de Lisboa; promover reuniões e debates com os autarcas da Área Metropolitana de Lisboa sobre os problemas comuns; apoiar a criação de núcleos locais do Bloco.

Luta pela Regionalização democrática

- A política neoliberal impõe um controlo tão apertado do Estado e da sociedade quanto a alta finança exige. Por isso a **REGIONALIZAÇÃO**, princípio democrático e constitucional, permanece no papel. Lutar pela maior democracia e participação a todos os níveis da cidadania é parte do combate contra o capitalismo neoliberal.

- Defendemos a regionalização e de imediato a eleição, por voto secreto, direto e universal, da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa, com a constituição de órgãos coordenadores de políticas públicas metropolitanas e intermunicipais nas áreas dos transportes, saúde, educação, habitação, urbanismo, tratamento de resíduos e proteção civil;

- Até à Regionalização, rejeitamos o princípio da nomeação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR, cujos presidentes e vice-presidentes são acordados pelo bloco central PS/PSD, sem participação popular;

- Pugnamos por uma democracia participativa, promovendo o máximo da participação dos cidadãos e das comunidades;

Uma Distrital com uma ideia para a região, com vida democrática, participada e plural

- **Um Bloco assente nos e nas aderentes, nos núcleos, nas concelhias, e na mais ampla democracia e participação** com respeito absoluto pelas diferenças de opinião que devem constituir estímulo para o debate franco e aberto; os órgãos internos, estatutários, do Bloco de Esquerda são um



espaço de amplo debate e são quem decide sobre as posições políticas de fundo dos nossos camaradas eleitos para os órgãos institucionais. Promover debates temáticos sobre políticas sectoriais, convidando especialistas, procurando ampliar o conhecimento e o espaço do BE

- Uma Coordenadora Distrital com uma ideia estratégica para a região que resulte de um amplo debate entre aderentes e organizações locais, recusando ser apenas uma correia de transmissão do centralismo castrador da iniciativa política regional e local.

- Pugnaremos pelo maior respeito pelas opiniões diferentes. O debate clarifica, mobiliza e junta vontades diferentes na mesma luta. A falta de debate sobre políticas e estratégias autárquicas, metropolitanas e regionais e a ausência de articulação de políticas nacionais com políticas regionais e locais consome, mata as energias e a mobilização de todas e todos. **Todos não somos demais para a luta.**

Mandatário: Carlos Marques, 1095

Representante da Lista: João Luís 10226

Lisboa 31 Outubro de 2022

No Distrito de Lisboa tivemos nas eleições presidenciais uma queda de 10,04% para 3,81%; nas autárquicas passámos de 5,54% para 4,49% e perdemos dois vereadores ficando apenas com a de Lisboa; nas legislativas passamos de 9,71% para 4,72% ficando apenas com dois deputados dos cinco que tínhamos.

LISTA E

CANDIDATA À COMISSÃO COORDENADORA DISTRITAL DE LISBOA

**UM BLOCO PLURAL QUE CONTRIBUA PARA RESTABELECER
UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA E RECONSTRUIR A
ESPERANÇA**

1	Alexandre Café	10070	VFX
2	Sílvia Carreira	9138	Lisboa
3	Paulo Gonçalves	8135	Odivelas
4	Vítor Gonçalves	11253	VFX
5	Daniela Louro	3144	Lisboa
6	Roberto Tavares	8289	Lisboa
7	Pedro Soares	108	Lisboa
8	Teresa Valério	10956	Lisboa
9	Adriano Zilhão	15138	Lisboa
10	William Naval	7334	Lisboa
11	Marina do Carmo	15242	Lisboa
12	António L Silva	A3905	Cascais
13	António Fernandes	8032	Odivelas
14	Ana Sofia Cortes	9397	Lisboa
15	Bento Correia	1099	Sintra
16	António Veloso	7458	Lisboa
17	Maria do Sameiro	596	Lisboa
18	José Santana Henriques	15045	Sintra
19	João Luís	10226	Lisboa
20	Ana Vieira Castro	9480	Lisboa
21	Rui Matoso	206	Torres Vedras
22	José Bastos	5968	Lisboa
23	Eduarda Monteiro	1094	Lisboa
24	João Mota	15430	Sintra
25	Vera Timóteo	127	Lisboa

MANDATÁRIO: Carlos Marques - 1095

REPRESENTANTE DA LISTA: João Luís – 10226

Lisboa, 31 de Outubro de 2022

APOIANTES Lista E:

Adriano Zilhão	Pedro Gago
Alexandre Café	Pedro Soares
Álvaro Carvalho	Roberto Tavares
Ana D' Espiney	Rui Matoso
Ana Sofia Cortes	Sílvia Carreira
Ana Vieira de Castro	
Andreia Sofia Fradinho	Teresa Valério
António Fernandes	Vera Timóteo
António L Silva	Vítor Gonçalves
António Veloso	William Naval
Armando Rocha	
Bento Correia	
Carlos Madruga	
Carlos Marques	
Carlos Patrão	
Cíntia Cardoso	
Cristina Vereda	
Daniela Louro	
Eduarda Monteiro	
Fátima Santos Filipe	
Hélder Pires Marques	
João Bau	
João Manuel Marques	
João Mota	
José Bastos	
José Casimiro	
José Marin	
José Pedro Redondo	
José Santana Henriques	
Luís Possantes	
Maria do Sameiro	
Marina do Carmo	
Mário Tomé	
Nuno Onça	
Octávio Jorge	
Paulo Curado Cardoso	
Paulo Gonçalves	
Paulo Ricardo do Carmo	